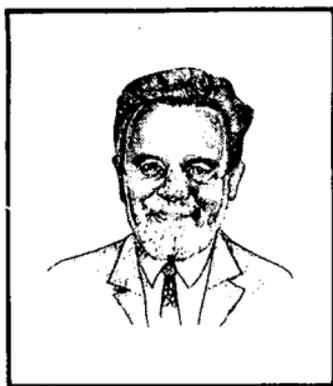


Márcio Moreira Alves

O GLOBO

19 MAR 1994

■ DE BRASÍLIA



A negra semana do Congresso

A retirada em ordem é uma manobra que permite aos derrotados preservar uma parte das suas forças para futuros combates. A debandada é a ruína total dos perdedores, que nada mais podem esperar se não uma permissão para enterrear os mortos e recolher os feridos. Quinta-feira à tarde, quando fotógrafos e equipes de TV se divertiam no aeroporto de Brasília flagrando congressistas de volta a seus estados, ocorreu a debandada dos que se empenharam, ao longo de cinco meses, em avançar na revisão da Constituição.

O último quadrado de resistência revisionista, o asediado Nelson Jobim, Gustavo Krause, Alberto Goldman (deputados) e o senador Garibaldi Alves, reuniu-se, meio melancólico, para discutir a feitura de uma pauta de votações que atraísse os parlamentares ao Congresso. Jobim, que dedicou à revisão um ano de trabalho e tem visto as suas propostas serem rejeitadas uma a uma, recusa-se à rendição. É o general Cambronne, cercado na batalha de Waterloo: a Guarda morre, mas não se rende. Merda!

Gustavo Krause ainda acalenta uma vaga esperança. Considera que falta ao Congresso um eixo, em torno do qual a maioria possa se congregar e determinar o rumo das votações. "Na ausência de líderes acatados pelas suas bancadas e na falta de tempo para se discutir coletivamente as propostas a serem votadas, só um candidato à Presidência da República viável pode ocupar o vazio," analisa.

"Esse candidato é Fernando Henrique. Deixando o Governo antes do dia 2 de abril, ele volta ao Senado e passa a comandar a revisão. Como a maioria prefere apostar nele a apostar no Lula, é possível que apareça para votar."

A opinião de Krause é quase solitária. Os líderes favoráveis à revisão começam a jogar a toalha no ringue. Artur da Távola (PSDB-RJ) fez a sua estréia na liderança propondo que se votasse apenas a refor-

ma tributária e se deixasse o resto para março do ano que vem. Luís Eduardo Magalhães, do PFL, macaco velho da tenra idade, não arrisca um prognóstico e insiste na votação dos dispositivos da ordem econômica. Falta-lhe convicção na viabilidade da proposta.

Quinta-feira, noite da debandada, a mineirada se reuniu em casa do deputado Israel Pinheiro Filho, para cortejar o governador Hélio Garcia, a mais cobiçada noiva para uma chapa presidencial. José Bonifácio de Andrada, o Andradinha, deputado desde a Independência, procurava dar uma roupagem jurídica ao adiamento da revisão. "A revisão é um todo," sofismava, "e só termina quando todas as emendas apresentadas tiverem sido apreciadas. Como não haverá tempo para apreciá-las até 31 de maio, nada impede que continuem a ser votadas no ano que vem, pela próxima legislatura." Nelson Jobim explicou que o prazo é improrrogável, em virtude de um acordo com o Supremo. "Caso contrário, poderíamos ir alterando a Constituição por maioria simples por tempo indefinido." Tarcísio Delgado, líder do PMDB e pouco devoto da revisão agora, limitou-se a constatar o impasse. Esta semana não se conseguiram votar nem as matérias consensuais. No futuro, vai ser pior.

O voto secreto é o voto da traição. Aumentar os próprios salários, arrebatando com as tentativas de estabelecer a isonomia entre os serviços públicos, e derubar a medida provisória que tentava acabar com os marajás é traição ao voto popular. Alguns parlamentares tiveram ao menos a coragem de revelar o voto. Foi o que fez Roberto Cardoso Alves, (PTB-SP), que é um escoteiro às avessas: não há causa escusa que não abrace. Quase troca tapas com José Genoíno no café do plenário.

Semana negra para a democracia. Napoleão, que entendia do assunto, disse ao seu Conselho de Estado: "Onde o Governo é fraco, o exército governa."